

# Colégios católicos processam Ministério da Educação

**Ensino.** Associação Católica vai processar o Estado por corte no financiamento e prepara protestos. Igreja considera acções "oportunas"

RITA CARVALHO

A Associação Portuguesa de Escolas Católicas (APEC) vai processar o Estado por ter alterado as regras de financiamento do ensino particular e cooperativo, "pondo em risco milhares de alunos, professores e funcionários". Na luta contra o Governo, os colégios prometem acções de rua, como uma manifestação nacional, e intervenções nos roteiros presidenciais. E contam com o apoio da Igreja, que considera as acções "oportunas" e aproveita para pedir "razoabilidade" ao Ministério da Educação.

Entre as acções que estão a ser ponderadas incluem-se pedidos de indemnização ao Estado e a obtenção de pareceres sobre a constitucionalidade da portaria e do decreto-lei aprovados pelo Governo, avançou ao DN o padre Querubim Silva, presidente da APEC. Estas medidas políticas, aprovadas recentemente e promulgadas pelo Presidente da República no final do ano, contemplam uma redução do financiamento anual por turma de 114 para 80 mil euros, a partir de Setembro, e o corte no número de turmas nas escolas com as quais o Governo tem contratos de associação. Estabelecimentos privados onde os alunos não pagam propinas e o seu ensino é financiado pelo Estado.

A Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) – a que pertencem também os associados da Associação Católica e que tem estado nas negociações com o ministério – também está a estudar a possibilidade de ir para tribunal.

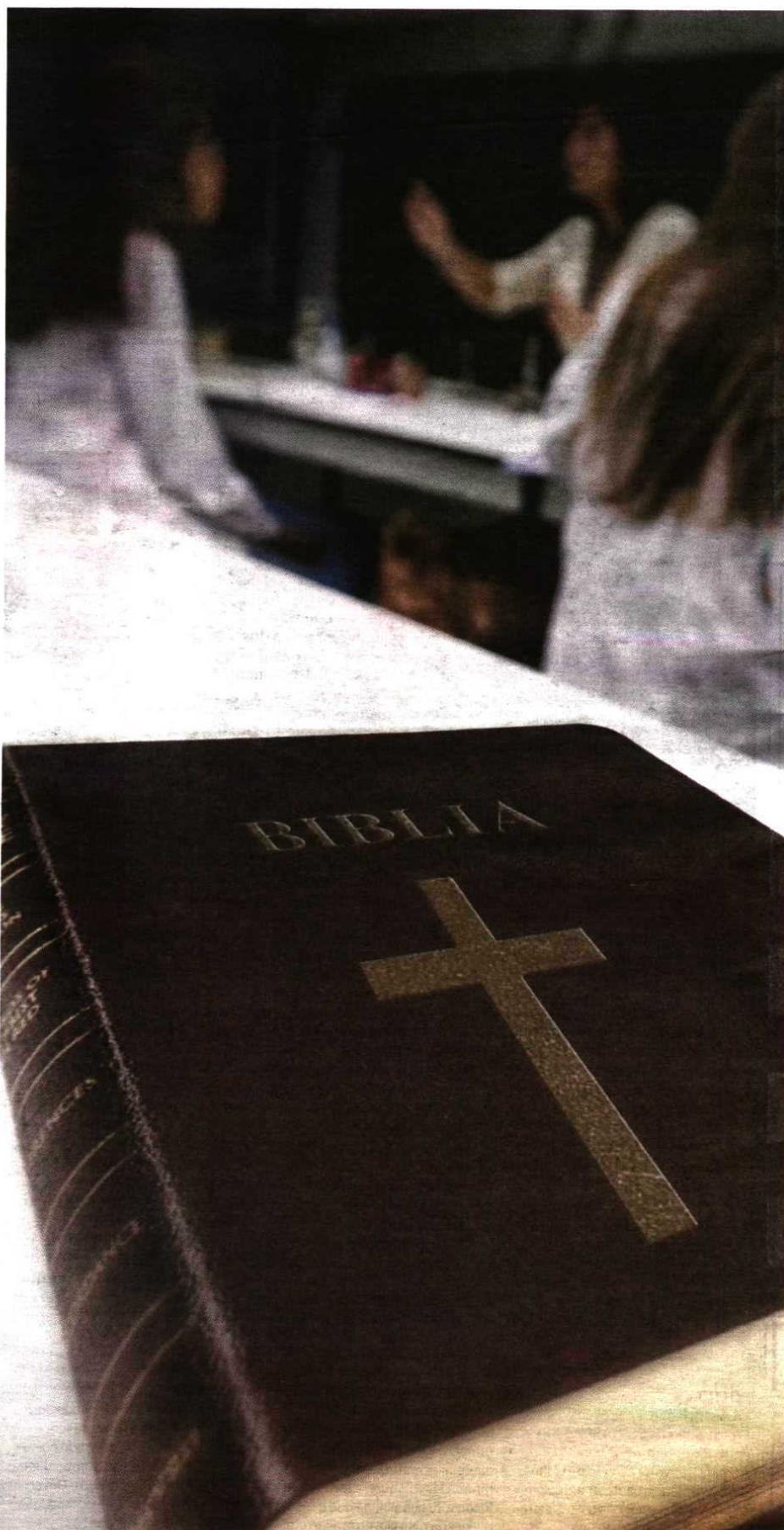
A estas acções judiciais deverão juntar-se outras manifestações públicas com o objectivo de sensibilizar a opinião pública para o problema, acrescenta Alfredo Cerca, director do Externato de Penafirme, em Torres Vedras, e presidente da Assembleia Geral da

AEEP. "Vamos criar um gabinete de crise e actuar a nível global. Estamos a considerar uma manifestação nacional e a intervenção nos roteiros presidenciais", afirmou o responsável que ontem esteve numa reunião em Coimbra onde foram delineadas algumas acções.

A primeira será já no domingo, no Externato de Penafirme, e consistirá num encontro de pais, professores e responsáveis de várias escolas. Depois, um grupo liderado pelos pais do externato fará uma interpelação ao Presidente da República. Segundo apurou o DN, o candidato presidencial estará na zona, em campanha, e irá receber um grupo que lhe cantará as janeiras. "Depois, uma delegação desse grupo irá falar-lhe e expor a questão", explicou Alfredo Cerca, que não esconde que preferia ter visto Cavaco Silva vetar o decreto.

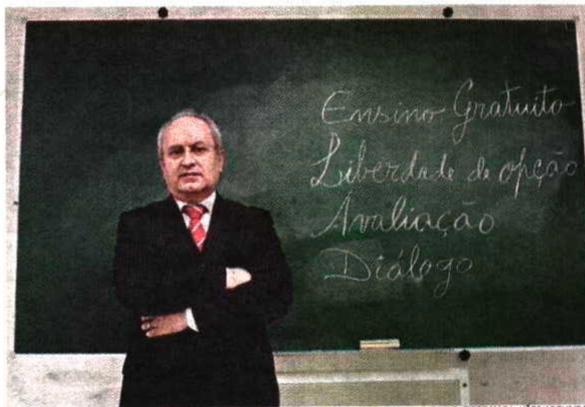
Manuel Morujão, porta-voz dos bispos, diz não conhecer todas as acções que estão a ser planeadas. Mas sublinha: "Certamente que todas as acções, dentro do espírito democrático, são oportunas para abrir os olhos à opinião pública e ao Governo para a injustiça que é pôr de lado o ensino público que é prestado por estas escolas privadas." O porta-voz da Conferência Episcopal lembra ainda que vários bispos já se pronunciaram contra a posição do Governo e que a sua opinião foi transmitida pessoalmente ao Presidente da República e ao ministro da Presidência.

Contactado pelo DN, o ME considerou "que os valores propostos são suficientes para o funcionamento das escolas", acrescentando que "há já um número de escolas deste sector de ensino que recebem menos que o valor definido pelo ME para o próximo ano". Sobre eventuais despedimentos (*texto ao lado*), o gabinete de Isabel Alçada não "comenta opções de gestão de recursos humanos". Ontem, o CDS pediu a presença da ministra no Parlamento.



# Associação alerta para "despedimentos em massa" de professores já este mês

**REVOLTA** Os 93 colégios com contrato de associação reuniram ontem em Coimbra e traçam cenário muito pessimista para o futuro



João Alvarenga fala em ambiente de "revolta" nos colégios privados

**PEDRO SOUSA TAVARES**

Alguns colégios com contratos de associação "já fizeram reuniões com professores em que foram discutidas reorganizações tendo em vista despedimentos", alguns dos quais poderão acontecer "já a partir de Janeiro". Em causa estão os cortes no financiamento destas instituições, cujo apoio estatal por turma passará de 114 mil para 80 mil euros anuais a partir de Setembro próximo.

A situação foi assumida ontem ao DN por João Alvarenga, presidente da Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo (AEEP), após uma reunião em Coimbra que juntou representantes dos 93 colégios que mantêm estes vínculos com o Ministério da Educação (ME), através dos quais oferecem ensino gratuito aos alunos (ver P&R).

Segundo Alvarenga, mesmo com o ME a adoptar um período de transição entre Janeiro e Setembro, no qual as escolas terão um apoio de "transição" equivalente a 90 mil euros anuais por turma, "já há colégios para os quais até esta verba intermédia é insuficiente para responder aos compromissos existentes".

O também director do Colégio Didálvi, de Barcelos, avisou ainda que o cenário será bem pior a partir do início do próximo ano lectivo, com os "despedimentos em massa de professores" a tornarem-se inevitáveis "caso não seja possível encontrar uma alternativa ao actual modelo de financiamento aprovado pelo ministério".

Da reunião de ontem, João Alva-

renga descreveu um ambiente de indignação geral: "Os colégios com contratos de associação estão todos revoltados, porque já estão a prever enormes dificuldades", lamentou. "No fundo, cumpre-se o

que tínhamos previsto: um cenário de enorme instabilidade nas escolas caso o ministério mantivesse a sua posição."

O decreto-lei do Governo que altera o regime de apoio ao particular e cooperativo foi promulgado pelo Presidente da República nos últimos dias de Dezembro, depois de Cavaco Silva ter imposto cedências ao Governo em nome da "segurança jurídica" destes colégios.

O Ministério da Educação manteve o objectivo de acabar com a renovação automática dos vínculos com estes colégios. Em contrapartida, comprometeu-se a celebrar contratos plurianuais com as escolas, válidos pelo menos por um ciclo de escolaridade.

A ministra Isabel Alçada anunciou ainda que, até final deste mês, será divulgada a lista de colégios que poderão perder o financiamento de parte das suas turmas no próximo ano lectivo, por existirem alternativas na rede pública. O corte de turmas, variável em função da oferta pública, vai atingir anos de início de ciclo de escolaridade - nomeadamente o 5.º, 7.º e 10.º anos. O ME garante que alunos já inscritos não serão afectados.

## DENÚNCIA

### Sindicato acusa três colégios de ameaças

O Sindicato de Professores da região centro acusou ontem três colégios de ameaçarem 37 professores de despedimento, invocando os cortes no financiamento do sector. À agência Lusa, António Caldeira, do SPRC, identificou o Instituto D. João V (Lourival) e os colégios Luís Pereira da Costa (Monte Redondo) e Quialos (Figueira da Foz) como tendo docentes "ameaçados de despedimento e pressionados a aceitar a transferência" para outras escolas. Os colégios são do grupo GPS, que a Lusa referiu ter contactado sem sucesso.

## Externato Penafirme corta salários

**REDUÇÃO** No Externato de Penafirme, uma das primeiras escolas católicas a manifestarem-se contra as medidas do Governo, os professores já vão ter reduções no salário este mês. Isto porque a verba do ministério foi reduzida em 135 mil euros - cortes na ordem dos 24% - e "é preciso salvaguardar a actividade lectiva dos alunos", explicou ao DN Alfredo Cerca, director do estabelecimento de ensino.

O colégio, que tem cerca de

1800 alunos do 5.º ao 12.º anos, vai também cortar nas actividades extracurriculares e nas actividades não lectivas dos alunos. Além de ter reduzido o subsídio de alimentação e o seguro de saúde.

"Vamos receber 434 mil euros por mês e temos despesas com vencimentos e encargos sociais na ordem dos 450 mil. Por isso, estamos a cortar nas horas dos professores com mais de 22 horas semanais", acrescentou Alfredo Cerca,

sublinhando que há um enorme descontentamento entre os docentes. O director não garante que a escola funcione até final do ano.

O colégio tem contrato de associação com o Ministério da Educação há 36 anos. É aqui que estudam os seminaristas mais novos do governo mude as regras agora", afirmou. O externato vai deixar de receber 110 mil euros/turma por ano e receber 90 mil euros.

## P&R

### Porque financia o Estado colégios privados?

Os contratos com colégios do ensino particular e cooperativo surgiram nos anos 80 para garantir ensino gratuito em áreas onde a rede pública de escolas era deficitária.

### Porque quer o Governo rever estes contratos?

Por um lado, para evitar a duplicação do investimento público, já que entretanto surgiram escolas públicas em áreas que eram servidas por estes colégios. Por outro, porque, diz o Governo, estes colégios recebiam 114 mil euros anuais por turma, quando a despesa média no Estado - segundo o Ministério da Educação - é de 80 mil euros.

### Os contribuintes estavam a financiar colégios para crianças de famílias abastadas?

É uma ideia errada. Os colégios com contrato de associação não cobram propinas a nenhum aluno e estão abertos a todos os estudantes tal como as escolas públicas. Em alguns casos têm até maior concentração de alunos de classes mais desfavorecidas do ponto de vista socioeconómico.

### Os contratos de associação são o único exemplo de apoio público ao ensino privado?

Não. Além dos contratos de associação, celebrados com 93 colégios - em que o Estado financia integralmente estes estabelecimentos -, existem outros vínculos, como contratos simples e de patrocínio, em que são subsidiados apenas alguns alunos, por regra carenciados. No total, cerca de 500 escolas, com 80 mil alunos e mais de 10 mil professores e funcionários beneficiam destas parcerias. O "privado" custa anualmente mais de 300 milhões de euros ao Estado que, em 2011, conta cortar 70 milhões a essa verba.

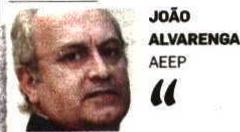
### O que vai acontecer a estes colégios no próximo ano lectivo?

Os colégios com contrato de associação, além de sofrerem uma redução nos apoios, poderão também perder turmas no 5.º, 7.º e 10.º anos - em função das alternativas existentes na rede pública. Os colégios com outros tipos de contrato não deverão sofrer mais cortes.

### Os colégios "ricos" também recebem apoio do Estado?

Alguns colégios frequentados por classes mais altas - como o São João de Brito, em Lisboa - tinham contratos simples com o Ministério da Educação, através dos quais era subsidiada a frequência, mas apenas de alunos mais pobres. Esses casos são cada vez mais raros.

## REACÇÕES



JOÃO ALVARENGA AEEP

“

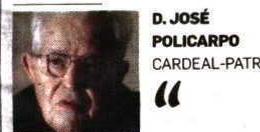
Alguns colégios já fizeram reuniões com professores em que foram discutidas reorganizações tendo em vista despedimentos (...)"



MANUEL MORUJÃO PORTA-VOZ CEP

“

Certamente que todas as acções, dentro do espírito democrático, são oportunas para abrir os olhos à opinião pública e ao Governo para a injustiça que é pôr de lado o ensino público que é prestado por estas escolas privadas"



D. JOSÉ POLICARPO CARDEAL-PATR.

“

Todos os problemas da relação do Estado com a Igreja devem resolver-se por cooperação e em ordem ao bem comum. Acho que este princípio não foi respeitado quando se pôs em questão o contrato de associação, o que até soubemos pelos jornais"



D. JORGE ORTIGA PRES. CEP

“

Com as medidas agora tomadas, não é só uma questão económica que está em causa, mas a quase imposição de um modelo único de educação"



ISABEL ALÇADA MINISTRA

“

Estamos a trabalhar para realizar alguns ajustamentos. Não vamos encerrar escolas, vamos rever alguns contratos com estabelecimentos do sector privado e cooperativo"



ID: 33450450

06-01-2011

# Colégios católicos processam Ministério da Educação

**Cortes.** Igreja Católica apoia escolas nas acções judiciais e manifestações contra o Governo

Associação de escolas católicas prepara acções judiciais contra o Estado devido a cortes no financiamento dos colégios com contrato

de associação. Estão ainda agendados protestos de rua e interpelações aos candidatos presidenciais. Acções que merecem a aprovação

e o apoio da hierarquia da Igreja Católica, que apela "à razoabilidade do Ministério da Educação". Já a Associação do Ensino Particular,

que representa todo o sector privado e cooperativo, prevê despedimentos em massa, já a partir deste mês. **ACTUAL** PÁGS. 4 E 5